

06/03/2017 - Telesíntese

Telebras também vai terceirizar a operação do centro de gerência de rede

O edital veda a participação de consórcios de empresas e estabelece prazo de 60 meses para o contrato de operação do Centro Integrado de Gerência de Rede, instalado em Brasília.



Dentro de sua estratégia de terceirizar todos os seus serviços de operação e manutenção, que inclui a operação do seu backbone nacional e dos centros de controle do satélite (parte terrestre) e a comercialização do próprio satélite, a Telebras vai também terceirizar a operação do seu Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR, instalado em Brasília. O contrato é de 60 meses e dele não poderão participar consórcios de empresas.

O edital envolve o gerenciamento e operação de todos os equipamentos e tecnologias que compõem a Rede Telebras, bem como dos serviços providos através desta rede aos clientes e parceiros da Telebras, internos e externos. Caberá ainda ao contratado geren-

ciar e operar redes, equipamentos e serviços em locais remotos, de acordo com a conveniência da Telebras, atendendo ao detalhamento do objeto descrito no Termo de Referência.

Para tomar esta e outras decisões relativas à terceirização, a estatal alega “não possuir em número suficiente, com as especialidades, formações, conhecimentos e certificações exigidas, empregados que possam contemplar as demandas existentes e futuras a que a Telebras desenhou em seu plano estratégico.”

A audiência pública, marcada para o dia 24 de março, terá início às 9 e 30, no seguinte endereço: SIG – Quadra 04 – Bl. A – Salas 201 a 224 – Edifício Capital Financial Center – Brasília – DF. Telefone: 61-2027.1205.

06/03/2017 - Telesíntese

Diário Oficial publica prorrogação por 60 dias da consulta do PGO

Por conta da indefinição da tramitação do PLC 79 no Senado, a Anatel aprovou, por circuito deliberativo, a prorrogação da consulta pública.

Desde meados de fevereiro, o presidente da Anatel, Juarez Quadros, já previa que o conselho diretor da Anatel deveria aprovar a prorrogação da consulta pública do Plano Geral de Outorgas (PGO), em função das indefinições envolvendo a tramitação do PLC 79, que altera a LGT, no Senado.

A prorrogação por 60 dias foi finalmente aprovada, por circuito deliberativo, no dia 1º de março e publicada hoje, 6, no DOU.

A consulta pública sobre o PGO foi aberta em 11 de janeiro e deveria durar até o dia 10 deste mês. Agora estará aberta a manifestações até o início de maio.

06/03/2017 - Telesíntese

Correios estreiam no mercado de telefonia celular

Estatal lançou plano pré-pago de R\$ 30. Pacote prevê uso do WhatsApp sem consumo da franquia de dados, que é de 1 GB. Operadora móvel virtual responsável pelo serviço é a EUTV.

Os Correios começaram a comercializar hoje, 6, um plano pré-pago de telefonia móvel, o Alô Correios. A primeira oferta da estatal sai por R\$ 30 ao mês. As vendas começam em 12 agências em São Paulo. Até o final de março, 164 agências na região metropolitana também venderão o chip. Os planos de expansão preveem a venda em agências de 3,6 mil cidades até o final do ano.

A iniciativa é resultado de parceria com a EuTV, operadora móvel virtual que utiliza frequências da TIM em todo o Brasil, e que ficará com mais de 90% das receitas. A EuTV usa a marca comercial Surf Telecom. Os Correios emprestam a marca, e segundo seus diretores, prometem ficar de olho na imagem

e reputação da estatal para evitar que haja contaminação na percepção do consumidor. A previsão é que neste ano a Correios Celular fature R\$ 14 milhões, passando a R\$ 60 milhões em 2018, e alcançando R\$ 300 milhões em cinco anos.

De acordo com Yon Moreira, presidente da EuTV, a Correios Celular tem, como diferenciais, a transparência, capilaridade da rede de atendimento e possibilidade de sinergias com outros serviços da estatal. Todo o atendimento ao consumidor poderá ser feito no balcão das agências e também por telefone. A recarga poderá ser feita, adicionalmente, em 1,6 mil pontos da rede Cielo.

Leia mais em:

<http://migre.me/wc0rd>

Banda Larga fixa: provedores regionais respondem por 78% das 134,7 mil adições de janeiro

Entre as grandes operadoras, melhor desempenho ficou com a TIM (+1,88%); os provedores regionais cresceram 3,73% (janeiro sobre dezembro).

O país fechou janeiro de 2017 com 26,76 milhões de usuários de banda larga fixa em serviço, um aumento de meio ponto percentual em comparação com dezembro de 2016, de acordo com os dados da Anatel. O melhor desempenho no mês foi o dos provedores regionais, que aparecem nas tabelas da Anatel na categoria Outros. Eles cresceram sua base em janeiro sobre o mês anterior em 3,73%, somando mais 105,2 mil acessos, ou 78% dos 134,7 mil acessos fixos incorporados à base de todas as operadoras no mês.

Entre as grandes operadoras, a TIM (Telecom Itália) liderou o crescimento do setor em janeiro de 2017 em comparação com dezembro de 2016, aumento de 1,88%, enquanto Claro (América Móvil) e Oi apresentaram 0,23% e 0,11%. No entanto, a Vivo (Telefôni-

ca) registrou queda de 0,06%.

No ano, o segmento de banda larga fixa ganhou 1,27 milhão de novos clientes (+4,96%). No ano, até em função de seu desempenho mês a mês, os provedores regionais responderam por 49,8% dos novos usuários de banda larga fixa do país, ou seja, por 630,4 mil. Isso representou um crescimento da base dos provedores regionais de 27,73% entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, mesmo patamar de crescimento registrado pela TIM (27,36%). Só que a base da Tim é bem menor. Ela fechou janeiro deste ano com 331,7 mil assinantes contra 2,9 milhões dos provedores regionais.

Desempenho nos estados

Em janeiro, os maiores crescimentos percentuais foram registrados nos estados da Paraíba (+3,21%), do Rio Grande do Sul

(+2,55%), Rio Grande do Norte (+2,16%) e Distrito Federal (+2,24%). As maiores quedas foram observadas no Amapá (-7,16%), no Mato Grosso (-2,80%), no Maranhão (-1,28%) e em Pernambuco (-1,03%). Os cinco estados com os maiores números de usuários apresentaram crescimento no mês: São Paulo (+0,45%), Rio de Janeiro (+0,23%), Minas Gerais (0,78%), Paraná (0,37%) e Rio Grande do Sul (2,55%).

Nos últimos doze meses, estes cinco últimos estados também apresentaram crescimento: São Paulo (+3,35%), Rio de Janeiro (+4,46%), Minas Gerais (+8,74%), Paraná (+3,33%) e Rio Grande do Sul (+7,78%). Mas, os maiores crescimentos foram registrados no Amapá (+13,62%), Maranhão (10,73%), Rondônia (10,37%), Sergipe (10,21%) e Piauí (9,13%).

Paulo Kliass: A "nova" questão dos juros

Há décadas que a sociedade brasileira tem convivido com algo que chama a atenção de todos, a trajetória de nossa taxa de juros.



Há décadas que a sociedade brasileira tem convivido com um fenômeno que chama muito a atenção de todos os que pretendemos compreender a economia a partir de uma ótica diferente daquela que a ideologia do financismo impõe como a suposta regra natural da economia de mercado.

Nesse caso refiro-me mais especificamente à trajetória de nossa taxa de juros. Já foi dito e repetido à exaustão que o Brasil tem proporcionado aos agentes econômicos locais e estrangeiros a maior taxa de juros do planeta. Com raras e pontuais exceções de um ou outro mês, ao longo dos últimos anos temos ocupado o primeiro lugar no pódio. Em alguns momentos, chegamos a ser ultrapassados pela Turquia ou pela Rússia. Mas, via de regra, para qualquer investidor capitalista que busque a maior rentabilidade financeira para suas aplicações, a opção Brasil tem despontado como a melhor alternativa isolada.

A principal causa para tal comportamento tem sua explicação na manutenção da política monetária arrochada. Desde a edição do Plano Real, em 1994, que a opção pelo chamado "tripé da política econômica" trouxe consigo o estabelecimento da taxa oficial de juros em um patamar bastante elevado. Assim, naquela época a intenção era justamente a de manter a SELIC na estratosfera, para obter o ingresso de recursos estrangeiros e assegurar alguma folga nas contas externas.

Taxa de juros elevada: outra jabuticaba

Ocorre que o instrumento excepcional - que deveria ser utilizado apenas nas primeiras

etapas de consolidação do plano de estabilização da nova moeda - terminou por se acomodar como sendo "a política monetária natural" por excelência. Essa mentalidade exagerada do financismo fincou raízes e conseguiu se impor ao conjunto da sociedade como sendo um custo inescapável da luta contra a inflação e do progresso associado à condição da modernidade. Dessa forma, questionar o absurdo evidente da política monetária tupiniquim teria o sentido de sabotar a estabilidade de preços e não passaria de irresponsabilidade populista.

Leia mais em:

<http://migre.me/wc25p>



6 de março de 2017 - Vermelho

Em três anos, oito setores industriais tiveram queda maior que 50%

Durante os últimos três anos, nos quais o Brasil tem assistido ao aprofundamento progressivo da recessão, a produção industrial encolheu 17%. Para oito setores, a queda foi ainda devastadora, representando um recuo entre 50% e 66%. Outros 25 subsetores tiveram retração entre 25% e 49%. O levantamento é do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Dados da Fiesp também mostram que, em São Paulo, 2017 também começou com recuo da atividade industrial.

Segundo o estudo do Iedi, o pior resultado foi o de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores, que teve queda de 66%. O setor de caminhão e ônibus caiu 64% e o de equipamentos de informática e periféricos, 53%.

O grande vilão do declínio da indústria é a queda no investimento público e privado. “O

investimento foi afetado tanto pelo ajuste fiscal do setor público como pela aversão ao risco, que restringiu o volume de crédito disponível para o setor privado, além dos efeitos diretos e indiretos da Operação Lava Jato sobre a economia brasileira e o setor de infraestrutura. E junto com essas causas reais, a crise foi potencializada pela piora na confiança de empresários e consumidores”, diz Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi.

A falta de perspectivas e a incerteza em relação ao cenário econômico foram amplificadas pela crise política insuflada pela oposição a Dilma Rousseff e perpetuada pelo governo rocamblesco de Temer. Sem crédito e sem vislumbrar garantia de retorno, as empresas cortaram investimentos.

E as perspectivas não parecer ter mudado. Não se pode contar com um reaquecimento do mercado interno, já que, com

queda na renda e aumento do desemprego, as famílias reduziram seu consumo, principalmente de bens duráveis, bombardeando a demanda interna.

Tampouco se pode esperar boas notícias do setor externo. Em um ano, a moeda norte-americana acumula uma desvalorização de mais de 18%, prejudicando a competitividade das mercadorias brasileiras lá fora.

Na visão do economista e ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, o Banco Central precisa intervir para apreciar o câmbio. “Mas não é só intervir. Quais foram as políticas contracíclicas que este governo tomou? Não conheço nenhuma. Só se eu chamar de contracíclica afinal o Banco Central, depois de um imenso atraso, começou a baixar juros. Fora esses juros absolutamente escandalosos, não vimos nada”, disse ao O Estado de S. Paulo.

O levantamento do Iedi tam-

bém analisou o último trimestre de 2016 e constatou que, se um quarto dos setores já cresceu mais de 5% em relação ao último trimestre de 2015, a produção de outro quarto ainda caiu 10% ou mais na mesma comparação. “Estamos no início de uma recuperação que será muito lenta. O que será crescer 5% para um setor que encolheu 60%?”, questiona o economista-chefe do Iedi, Rafael Cagnin, no Valor Econômico.

Fato é que reverter as fortes quedas acumuladas nos últimos três anos não será fácil. Segundo Cagnin, faltam elementos dinamizadores para a indústria. Para ele, a queda dos juros é algo ainda insuficiente para alterar a rota atual. E seriam necessárias medidas que pudessem reverter a falta de crédito e de confiança, o alto nível de desemprego, além de levar adiante projetos públicos de infraestrutura, por exemplo.

06/03/2017 - Vermelho

IBGE mostra que desigualdade de gênero e raça no Brasil perdura

As mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. Em 2015, a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas, enquanto a dos homens era de 46,1 horas. Em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas – proporção que se manteve quase inalterada ao longo de 20 anos, assim como a dos homens (em torno de 50%).

Esses são alguns dos dados destacados no estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero

e Raça com base em séries históricas de 1995 a 2015” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. A análise foi divulgada nesta segunda-feira (6).

“É importante ressaltar que o fato de exercer atividade remunerada não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres com as atividades domésticas, apesar de reduzir a quantidade de horas dedicadas a elas. As mulheres ocupadas continuam se responsabilizando pelo trabalho doméstico não remunerado, o que leva à chamada dupla jornada”,

destaca Natália Fontoura, especialista em políticas públicas e gestão governamental e uma das autoras do trabalho.

Quanto mais alta a renda das mulheres, menor a proporção das que afirmaram realizar afazeres domésticos – entre aquelas com renda de até um salário mínimo, 94% dedicavam-se aos afazeres domésticos, contra 79,5% entre as mulheres com renda superior a oito salários mínimos. Em situação inversa estão os homens.

Leia mais em: <http://migre.me/wc150>

07/03/2017 - Carta Capital

No Brasil de Temer, a ordem é punir o trabalho

Terceirização e reforma da previdência, as prioridades do governo. "Botafogo" e "Índio" aceleram os trabalhos para pagar a "dívida" com o presidente

Uma rápida busca na internet pelo nome do deputado Laércio Oliveira (SD-SE) com a palavra "terceirização" e encontra-se um texto de autoria do parlamentar no site do Portal da Indústria: "A quem interessa não regulamentar a terceirização?", diz o título. A pergunta tenta inverter a lógica de um questionamento feito, normalmente, por críticos da terceirização total e irrestrita do trabalho no Brasil. Mas a prestação de contas do deputado nas eleições de 2014 ajuda a desenrolar esse enredo sob outro ponto de vista.

Oliveira recebeu mais de 1,4 milhão de reais em doações de campanha nas últimas eleições para deputado federal. Desse total, 116 mil reais são provenientes da ArcelorMittal Brasil S.A., uma das maiores indústrias siderúrgicas do mundo e alvo de uma centena de processos na esfera trabalhista no Brasil. A empresa chegou a ser condenada, inclusive, por terceirizar sua atividade-fim em uma de suas unidades no País.

O deputado também recebeu doações (119 mil reais) da empresa de seguros do Bradesco, instituição financeira condenada por terceirizar a venda de cartões de crédito, como se tal atividade não fosse parte da finalidade da empresa. Outros 100 mil reais foram doados pela empresa Gocil, que diz em sua página na internet oferecer ao mercado 23 mil "colaboradores", e não trabalhadores, das áreas de segurança e limpeza.

Financiado por essas e outras companhias, Laércio Oliveira é o relator do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que pretende liberar a terceirização irrestrita no mercado de trabalho brasileiro. A proposta é patrocinada pelo governo Michel Temer como parte da reforma trabalhista.

E deverá ser colocada em votação com urgência na próxima semana, por um acordo entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), conhecidos como "Botafogo" e "Índio", respectivamente, desde a delação da construtora Odebrecht.

Eleitos para os cargos com auxílio da gestão Michel Temer, Maia e Oliveira precisam pagar a fatura ao Palácio do Planalto. A terceirização é uma das moedas de troca colocadas na mesa, mas também nas costas do trabalhador, uma característica mais do que consolidada do governo peemedebista. A manobra foi feita com o objetivo de facilitar a aprovação da proposta. Isso porque o PL 4.302, elaborado inicialmente pelo governo Fernando Henrique Cardoso, já foi aprovado na



Câmara em 2000 e no Senado em 2002.

Como sofreu alterações após aprovação no Senado, o texto precisa passar pela Câmara mais uma vez. Se for aprovado, segue direto para sanção presidencial. Com isso, o governo evita o debate e terá apenas uma votação para garantir o número de votos necessários.

Em 2008, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) chegou a elaborar uma nota técnica sobre

esse mesmo projeto. "Uma das consequências mais graves é a autorização da terceirização nas atividades-fim da empresa. Com isso, derruba uma das poucas proteções com relação à terceirização garantidas no ordenamento jurídico atual", analisaram técnicos do órgão na ocasião. "Se aprovado em todas as instâncias, o PL dificultará, também, o cumprimento na Justiça do Trabalho da exigência de vínculo de emprego, em alguns casos, e facilitará as fraudes."

Ainda assim, o relator deixa claro que o objetivo do projeto é "tirar fora essa nomenclatura do que é atividade-meio e atividade-fim". "A terceirização é plena e deve ser exercida dessa maneira. Qualquer coisa pode ser terceirizada", resumiu sem muito pudor Laércio Oliveira em entrevista ao Poder 360.

O outro projeto prioritário para a gestão Michel Temer que ganhou celeridade, após as eleições de Maia e Eunício, é a reforma da Previdência. Por meio de seu vice-líder na Câmara, Darcísio Perondi (PMDB-RS), o governo passa a mensagem de que espera aprovar a pauta até o fim de abril ou, no máximo, em 4 de maio. Com isso, provoca declarações poucos amigáveis do relator da proposta Arthur Maia (PPS-BA), que tem defendido a aprovação em meados de junho

A pressa do governo Temer justifica-se porque o assunto tem gerado muitas divergências no Congresso. Ao contrário da terceirização, a proposta está longe de ser unanimidade. A proposta elaborada pela gestão peemedebista torna a Previdência do Brasil com regras mais rígidas até mesmo do que a de países ricos.

Isso porque, quem contribuir menos de 25 anos não poderá se aposentar mesmo que alcance a idade mínima estipulada, de 65 anos. Na prática, uma pessoa que contribuir durante 20 anos não terá nenhum tipo de compensação. Até mesmo países como Espanha e Estados Unidos oferecem benefícios inferiores aos trabalhadores que não conseguiram contribuir por um período mínimo definido.

Leia mais em: <http://migre.me/wc27e>